



EDUCAÇÃO FÍSICA E LETRAMENTO RACIAL: O CORPO NEGRO COMO EXPRESSÃO DE INSURGÊNCIA

PHYSICAL EDUCATION AND RACIAL LITERACY: THE BLACK BODY AS AN EXPRESSION OF INSURGENCY

EDUCACIÓN FÍSICA Y LETRAMIENTO RACIAL: EL CUERPO NEGRO COMO EXPRESIÓN DE INSURGENCIA

Shirley Cláudia da Silva e Souza


<https://orcid.org/0000-0003-3932-8655> 


<http://lattes.cnpq.br/6346776255610516> 

Universidade do Estado de Mato Grosso (Cáceres, MT – Brasil)

shirley.souza@unemat.br

Fernando Garcez de Melo

<https://orcid.org/0000-0001-9634-0568> 

<http://lattes.cnpq.br/1410326097497883> 

Universidade do Estado de Mato Grosso (Cáceres, MT – Brasil)

garcez@unemat.br

Resumo

Este ensaio discute o letramento racial como perspectiva fundamental para a formação docente e a transformação pedagógica na Educação Física. Partindo de uma experiência autobiográfica – o impacto de ver Serena Williams, uma mulher negra, ocupar um espaço elitista como o tênis –, o texto argumenta que a Educação Física é um território de disputa racial, onde corpos e saberes são hierarquizados. O artigo estrutura-se em três movimentos: explora o letramento racial como ferramenta de leitura crítica do currículo; analisa a insurgência do corpo negro como expressão de resistência e resignificação curricular; e propõe caminhos para uma formação docente antirracista, orientada pela descolonização do conhecimento e pela valorização de gestos, estéticas e saberes corporais negros. Conclui-se que a implementação do letramento racial é essencial para transformar a Educação Física em um espaço de cura epistêmica e reinvenção do humano.

Palavras-chave: Letramento Racial; Educação Física; Corpo Negro; Insurgência; Formação Docente.

Abstract

This essay discusses racial literacy as a fundamental perspective for teacher education and pedagogical transformation in Physical Education. Starting from an autobiographical experience – the impact of seeing Serena Williams, a Black woman, occupy an elitist space like tennis – the text argues that Physical Education is a territory of racial dispute, where bodies and knowledge are hierarchized. The article is structured in three movements: explores racial literacy as a tool for critical reading of the curriculum; analyzes the insurgency of the Black body as an expression of resistance and curricular re-signification; and proposes pathways for anti-racist teacher education, guided by the decolonization of knowledge and the valorization of black bodily gestures, aesthetics, and knowledges. It concludes that the implementation of racial literacy is essential to transform Physical Education into a space for epistemic healing and the reinvention of the human.

Keywords: Racial Literacy; Physical Education; Black Body; Insurgency; Teacher Training.

Resumen

Este ensayo discute el letramento racial como una perspectiva fundamental para la formación docente y la transformación pedagógica en la Educación Física. Partiendo de una experiencia autobiográfica — el impacto de ver a Serena Williams, una mujer negra, ocupar un espacio elitista como el tenis —, el texto argumenta que la Educación Física es un territorio de disputa racial, donde los cuerpos y los saberes son jerarquizados. El artículo se estructura en tres movimientos: explora el letramento racial como herramienta de lectura crítica del currículo; analiza



la insurgencia del cuerpo negro como expresión de resistencia y resignificación curricular; y propone caminos para una formación docente antirracista, orientada por la descolonización del conocimiento y la valorización de los gestos, estéticas y saberes corporales negros. Se concluye que la implementación del letramento racial es esencial para transformar la Educación Física en un espacio de cura epistémica y reinención de lo humano.

Palabras clave: Letramento Racial; Educación Física; Cuerpo Negro; Insurgencia; Formación Docente.

INTRODUÇÃO

A primeira vez que vi Serena Williams jogar tênis foi no início dos anos 2000, durante meus dias de estudante do ensino médio em uma escola agrotécnica. Em uma dessas manhãs, deparei-me com a transmissão de um torneio e, movida por uma curiosidade juvenil pelos esportes, decidi assistir. Quando Serena Williams apareceu na tela, sua presença me impactou: uma mulher negra de pele retinta, com braços fortes, pernas potentes, quadris largos e glúteos fartos - uma estética radicalmente diferente dos corpos femininos que habitavam a mídia esportiva ou o universo elitizado do tênis que eu conhecia apenas por ouvir falar. Naquele momento, sem compreender plenamente as dimensões sociais e raciais daquela imagem, senti uma mistura de surpresa, fascínio e reconhecimento. Serena não apenas desafiava padrões estéticos e de gênero, mas também confrontava, com sua presença, a lógica excludente que permeia a cultura esportiva.

Desde sua origem no século XIII, o tênis de campo foi historicamente constituído como uma prática elitista, sendo conhecido como o “Esporte dos Reis” na Europa. Essa característica foi reproduzida no Brasil, onde sua introdução, ainda no século XIX, ficou restrita aos clubes frequentados pela aristocracia e pela alta classe média, consolidando-se como um marcador social de status e distinção. A modalidade manteve-se ao longo do tempo como um espaço social de hegemonia branca, cujo acesso e permanência são marcados por uma combinação de obstáculos econômicos – como o custo proibitivo de equipamentos e a manutenção de quadras – e por dissimuladores culturais de entrada, a exemplo da tradição familiar e da aprendizagem precoce, historicamente negadas à população negra (Marques, 2024). Sendo assim, a presença de uma tenista negra em destaque na televisão representou a ocupação de um território que, por séculos, foi simbólica e materialmente destinado a uma elite branca, tanto na Europa quanto na realidade brasileira. Essa distância social e estética ajuda a compreender o impacto da imagem de Serena Williams naquele instante: ela habitava um território que historicamente não lhe fora destinado.

Recupero essa lembrança não apenas como recordação pessoal, mas como recurso metodológico, inspirada nas reflexões de Marie-Christine Josso (2002). Assim, compreendo





que as narrativas autobiográficas têm o poder de articular experiências individuais e processos formativos, possibilitando que a história pessoal se torne um instrumento de compreensão crítico do mundo social. De modo semelhante, Ivor Goodson (2019) afirma que toda narrativa pessoal é também narrativa social, pois revela o modo como os sujeitos constroem sentidos para sua prática social e educativa e se relacionam com o mundo.

Quando relembro o impacto de ver um corpo negro retinto ocupar um espaço de prestígio e poder simbólico como o tênis, compreendo hoje que essa narrativa pessoal pode ser usada como chave metodológica e epistemológica: ela permite problematizar o currículo da Educação Física e suas hierarquias implícitas. O que está em jogo não é apenas uma lembrança afetiva, mas a visibilidade das lógicas e táticas de exclusão racial e estética que definem quais corpos são legitimados e quais devem permanecer à margem.

A partir dessa experiência, é possível perceber que a Educação Física, enquanto componente curricular, vai muito além da mera transmissão de técnicas ou da promoção da saúde. Ela se constitui como uma área multidisciplinar, que tematiza e aborda as práticas corporais em suas dimensões culturais, sociais e biológicas, extrapolando a questão da saúde e associando-se às produções culturais que envolvem aspectos lúdicos, estéticos e identitários (Figueiredo, 2010). Dessa maneira, compreender o lugar do corpo negro e suas representações nos espaços educativos exige que repensemos a própria natureza desse componente curricular e suas práticas formativas.

Reconhecer o racismo é o ponto de partida para pensar o letramento racial na Educação Física. A surpresa que senti ao ver um corpo negro feminino triunfando em um espaço de prestígio – onde a branquitude é naturalizada como sinônimo de sucesso, elegância e competência – evidencia como a sociedade brasileira permanece racialmente hierarquizada. Como argumenta Oracy Nogueira (2006), mesmo quando um negro ascende socialmente, continua sendo julgado pela marca fenotípica que carrega.

Revisitar aquele momento me permite hoje compreendê-lo como gesto inaugural de consciência crítica - um ponto de inflexão no meu modo de ver o corpo, o esporte e a docência. Serena Williams tornou-se, então, não apenas um ícone esportivo, mas um espelho simbólico para repensar o corpo negro em movimento, sua estética e seu lugar no currículo.

É a partir dessa experiência - singular e coletiva - que proponho neste ensaio discutir o letramento racial como perspectiva de formação docente e de transformação pedagógica na Educação Física, mobilizando especialmente os pensamentos de Grada Kilomba





e Beatriz Nascimento como referenciais que abrem caminhos para uma prática educacional decolonizadora, sagaz e insurgente. Para desenvolver esta proposta, o texto organiza-se em três movimentos: primeiro, aprofunda-se o conceito de letramento racial como ferramenta de leitura do currículo; em seguida, analisa-se a insurgência do corpo negro como expressão de resistência; por fim, reflete-se sobre os caminhos para uma formação docente antirracista na Educação Física.

LETRAMENTO RACIAL NA EDUCAÇÃO FÍSICA

O letramento racial é, antes de tudo, um aprendizado de leitura, mas não apenas de letras e palavras, mas sobre as hierarquias raciais e seus efeitos nas relações sociais, institucionais e epistemológicas. E mais do que reconhecer o racismo, trata-se de aprender a lê-lo ou identificá-lo nas entrelinhas do cotidiano, percebendo as formas sutis e brutas pelas quais ele se manifesta nos discursos, nas práticas pedagógicas e nos currículos. Essa é uma compreensão que venho tecendo ao longo da minha trajetória pessoal e acadêmica, e que ganhou novos contornos quando, ao ler Olhos d'Água, deparei-me com as palavras de Conceição Evaristo (2016, p. 9):

A mulher negra tem muitas formas de estar no mundo (todos têm). Mas um contexto desfavorável, um cenário de discriminações, as estatísticas que demonstram pobreza, baixa escolaridade, subempregos, violações de direitos humanos, traduzem histórias de dor. Quem não vê?

Esse trecho entrelaçou-se às minhas próprias memórias e experiências enquanto mulher negra e professora periférica, despertando reflexões sobre o modo como o racismo define vivências e oportunidades. O letramento racial, nesse sentido, não é apenas um conteúdo a ser ensinado, mas uma forma de ver e de sentir o mundo, uma lente que questiona os saberes legitimados e os modos de representar os corpos. Especificamente na Educação Física, ele se traduz em uma postura de confronto capaz de interrogar as escolhas teóricas e metodológicas que ainda se apoiam, em grande parte, em paradigmas euroestadunidenses, contribuindo para a naturalização de uma epistemologia marcadamente branca, heteronormativa e cristã.

Para que esse processo formativo se realize, é necessário interrogar o modo como o conhecimento foi historicamente racializado. Um breve recuo histórico ajuda a compreender como se formaram as bases excludentes na Educação Física. No final do século XVIII, com o surgimento dos métodos ginásticos, a Educação Física se desenvolveu dentro de sociedades



rigidamente hierarquizadas, em que o acesso à escola era privilégio da elite e o currículo reproduzia seus valores e interesses. Ao longo do século XX, as transformações sociais e a ampliação da escolarização popular modificaram parcialmente esse cenário, mas o currículo continuou a operar como artefato social e cultural organizado sob pressões históricas, políticas e ideológicas (Goodson, 2013; Silva, 2010). Como destacam Neira e Nunes (2022), o currículo expressa escolhas e hierarquias de conteúdo determinadas por quem detém o poder.

Essas considerações nos mostram por que não existe neutralidade curricular. O currículo é um texto político e racializado que reflete e reproduz a lógica da colonialidade (Arroyo, 2013). O projeto colonial, ao estabelecer a raça como critério de distinção entre as pessoas, instituiu uma hierarquia que definiu quem teria acesso ao conhecimento e à humanidade. O letramento racial, portanto, propõe um movimento inverso: ler criticamente os currículos para descolonizá-los, reconhecendo que por séculos as escolas e universidades sustentaram pedagogias racistas travestidas de universalidade.

É nesse ponto que o diálogo com Gayatri Spivak (2010) se torna fundamental. Em seu ensaio clássico *Pode a subalterna falar?*, Spivak demonstra que os sujeitos colonizados – sobretudo as mulheres – foram historicamente silenciados pelas estruturas e narrativas do Ocidente. A subalterna, diz ela, não pode falar porque sua fala é continuamente apropriada, traduzida ou deslegitimada pelos sistemas de poder colonial e patriarcal. Esse mecanismo se repete na Educação Física, quando o discurso científico fala sobre os corpos negros, mas raramente permite que esses corpos falem de si.

Grada Kilomba (2019), ao retomar e tensionar essa questão, oferece um caminho epistemológico mais promissor. Em *Memórias da Plantação*, ela mostra que os sujeitos negros não são vítimas passivas do colonialismo, mas agentes que, ao falar, desestabilizam a ordem discursiva branca. Para Kilomba (2019), a escrita e a fala negras não apenas denunciam o racismo, elas o desmontam, revelando a violência que o discurso acadêmico tentou ocultar.

Diferente da “subalterna silenciosa” de Spivak, Kilomba (2024) aposta na potência da voz insurgente: falar é um ato de libertação. Essa perspectiva dialoga diretamente com o letramento racial, pois o ato de letrar-se racialmente implica reaprender a ouvir as vozes historicamente silenciadas, inclusive o corpo. Na Educação Física, isso significa reconhecer que as práticas corporais, os critérios de desempenho e os ideais de movimento estão impregnados de valores raciais e coloniais. Quem define o que é “corpo ideal”, “movimento correto” ou “aptidão física” são estruturas históricas dominadas pela branquitude.





Essa dominação não é abstrata: ela se materializou em projetos políticos concretos. No Brasil, o vínculo entre racismo e Educação Física pode ser traçado desde o final do século XIX, quando os discursos eugênicos supostamente iriam “aperfeiçoar a raça brasileira” (Neira; Nunes, 2022). Sob a influência do darwinismo social, a educação do corpo tornou-se instrumento de controle e hierarquização, associando corpos negros e indígenas à força física e ao trabalho manual, enquanto reservava aos brancos o domínio da inteligência e da liderança (Schwarcz, 1993).

O cenário contemporâneo exige que a Educação Física rompa com essa herança. Incorporar o letramento racial aos processos formativos é reconhecer que a desigualdade não se dissolve pela neutralidade, mas pela ação crítica. Isso implica, entre outras coisas, confrontar as hierarquias históricas que organizam o campo: enquanto determinadas práticas corporais associadas à matriz europeia foram consagradas como esportes, dotados de “técnica” e “profissionalismo”, outras – especialmente aquelas vinculadas a tradições negras, indígenas ou populares – foram relegadas ao lugar do folclore, das brincadeiras ou da “cultura”, como se não produzissem conhecimento, rigor ou complexidade. A própria capoeira exemplifica esse contraste: raramente reconhecida como prática sistemática e sofisticada, é frequentemente deslocada para a margem curricular, enquanto modalidades europeias recebem o estatuto de referência científica. Romper essa ordenação é parte essencial do letramento racial na Educação Física.

O letramento racial, portanto, é uma pedagogia de transformação. Ele ajuda docentes e estudantes a desnaturalizarem a associação entre excelência e branquitude, questionem as expectativas desiguais de desempenho e reconheçam a pluralidade de corpos, gestos e identidades que constituem a comunidade da Educação Física. Como indica Kilomba (2024) em entrevista: “falar é expor o lugar da ferida colonial”. Esta exposição é o gesto pedagógico central do letramento racial. A “ferida colonial” a que Kilomba (2024) se refere é a violência epistêmica, psíquica e corporal inscrita pela história do racismo, que se manifesta no silenciamento, na inferiorização estética e na negação da humanidade plena de corpos negros. Expor essa ferida, na prática da Educação Física, significa justamente criar um espaço onde se possa nomear e criticar as hierarquias raciais que estruturam o que é considerado um movimento correto, um corpo apto ou um gesto elegante. É através dessa fala – que é também um ato de escuta ativa aos corpos e suas histórias – que a ferida deixa de ser um segredo



internalizado de dor e vergonha para se tornar um território de diagnóstico coletivo e, portanto, de possível cura e reinvenção.

Ensinar com esse olhar é, antes de tudo, escutar e permitir que os corpos que antes foram silenciados possam mover-se, se expressar e existir plenamente nos espaços educativos. É, em última instância, devolver àquela jovem que um dia viu Serena Williams na tela a linguagem necessária para decifrar não apenas o fascínio, mas a profunda insurgência daquela imagem.

A INSURGÊNCIA DO CORPO NEGRO NO ESPAÇO DE DISPUTA CURRICULAR

Se o currículo é, como nos lembra Arroyo (2013), um território em disputa onde se decide quais conhecimentos e corpos são validados, a pergunta que se impõe é: como o corpo negro, historicamente relegado à invisibilidade ou à subalternidade nesse território, não apenas resiste, mas age para subvertê-lo? Esta seção argumenta que a resposta está na insurgência do corpo, que transforma a própria pele, a memória e o gesto em trincheiras de uma luta epistêmica e estética. Longe de uma transcendência que supera o conflito, trata-se de uma insurgência que o habita e o redireciona, desafiando as estruturas que buscam confiná-lo a um lugar de silêncio.

A ideia de um corpo insurgente, elaborada a partir dos estudos de Beatriz Nascimento, oferece uma chave para entender essa dinâmica. Se o currículo centrado na branquitude insiste em apagar a presença negra, por sua vez, o corpo negro, com sua potência insurgente que transborda os limites impostos transforma-se em veículo de memória, ancestralidade e reinvenção pedagógica. Para Nascimento (2018, p. 330), “a invisibilidade está na raiz da perda da identidade”. Assim, o corpo insurgente negro não ocupa passivamente o espaço, ele o disputa e ressignifica, pois as tentativas de invisibilizá-lo continuam se reinventando. A insurgência está justamente nesse movimento de contra-ocupação permanente, que ecoa como um manifesto.

As reflexões de Mattos e Monteiro (2021) dialogam diretamente com esse movimento de reinscrição do corpo negro como campo de disputa e criação. As autoras mostram que as estéticas afrodiaspóricas – cabelos crespos, tranças, combinações improváveis, roupas garimpadas, modos de andar, de virar o rosto e de ocupar o espaço – são mais do que expressões identitárias; são irrupções políticas que desestabilizam a estética hegemônica construída pela escola. Na Educação Física, essas estéticas tornam-se ainda mais eloquentes





porque o corpo é linguagem primeira. Cada gesto, cada combinação de textura, cada variação de ritmo escapa à norma e abre frestas no currículo tradicional. Trata-se de uma insurgência que não se faz apenas contra algo, mas para algo: para reinscrever no espaço escolar uma memória negra que sempre existiu, mas que foi sistematicamente silenciada. Ao nomearem essas estéticas como lugares de resistência e produção de conhecimento, as autoras reforçam que o corpo negro carrega consigo estratégias curriculares próprias, fundadas na diáspora e na criatividade comunitária. Essa compreensão amplia a noção de corpo insurgente aqui discutida, pois mostra que a disputa curricular não acontece apenas nos conteúdos, mas nos detalhes mínimos, nas nuances de presença que desafiam, pela própria aparência e gesto, a ordem racial do currículo.

A luta contra a discriminação racial onde nós nos envolvemos trouxe, até então, só uma vitória: o nosso domínio sobre o nosso corpo preto, onde é exercido a liberdade de fato, único espaço realmente conquistado. [...] a liberação dos gestos, o fortalecimento de um tônus e plasma próprios que estavam recalcados, privilegiou-se na luta em relação às questões econômicas e jurídicas em busca da vontade de potência do nosso povo. Tabus do sexo exacerbado, da preguiça, da malandragem, do jeitinho e outros, estão sendo jogados por terra por essas novas gerações de brasileiros (Nascimento, 2018, p. 394).

Este “domínio sobre o nosso corpo preto” descrito por Nascimento é o ato insurgente por excelência. Se o processo de construção da nação brasileira tratou corpos negros como territórios a serem conquistados, dominados e disciplinados, reduzindo-os à força de trabalho braçal, a história é também a de como estes corpos se reconstruíram como lócus de memória e **reexistência**. A insurgência se materializou e se materializa nas danças comunitárias, como o *Black Soul*; educou-se no samba, que é muito mais que um gênero musical – é uma cultura fundante de enredos que valorizam as vidas periféricas; e fortaleceu-se nos terreiros de candomblé e umbanda, espaços de emancipação espiritual e corporal.

Essa insurgência, porém, não ocorre num vazio. Ela é uma resposta direta a uma estrutura de poder que se organiza racialmente. Como analisa Moreira (2024), a estratificação racial é uma consequência direta de relações desiguais de poder entre grupos raciais, utilizando a raça como parâmetro para determinar status, acesso a recursos e oportunidades. O corpo insurgente é, portanto, a força que se levanta contra essa estratificação. Ele se move, dança e ocupa para negar a lógica que o confinaria a uma posição subalterna.

No campo educacional, e especificamente na Educação Física, essa insurgência requer um letramento racial capaz de decifrá-la e potencializá-la. Significa reconhecer o corpo



insurgente que entra na quadra: o estudante que traz sua ginga como técnica legítima; a jovem que usa suas tranças e seu cabelo *black power* como afirmação estética em contraste com o modelo da branquitude; o gesto que carrega uma memória ancestral e se recusa a ser domesticado pelos modelos eurocêntricos de movimento correto. Esta não é uma mera inclusão de conteúdos diversos, mas a abertura de fissuras no currículo para que estas formas de existência corporal possam desestabilizar a ordem estabelecida e fazer florescer novas maneiras de vida.

Conforme denunciava Nascimento (2018), a ciência social tradicional, ao importar categorias etnocêntricas, reforçou a invisibilização da experiência negra. Essa ausência é uma forma de violência epistêmica. O racismo está no próprio conceito de conhecimento que a academia consagrou. A Educação Física, ao reproduzir padrões de eficiência e estética centrados no Ocidente, torna-se cúmplice dessa violência. A insurgência do corpo é, assim, uma resposta de cura. Ela é o gesto que, ao falar – como defende Kilomba (2019) – expõe a ferida colonial não para revirá-la, mas para, a partir dela, criar novas possibilidades de ser, mover-se e conhecer. É o corpo que, ao se mover como expressão livre, ensina.

POR UMA FORMAÇÃO DOCENTE ANTIRRACISTA NA EDUCAÇÃO FÍSICA

Eu estava engajada numa luta corporal com isso, com um mundo no qual a negritude era, não por acaso, e necessariamente, um fato de inferioridade (Sylvia Wynter).

A epígrafe de Sylvia Wynter, retirada da entrevista fornecida à David Scott (2000) não clama por um novo ponto de partida abstrato: ela o localiza no corpo. Sua luta contra a inferiorização da negritude se dá através do corpo, é encarnada, desenrola-se na esfera da experiência física e existencial. Na Educação Física, este recomeço pressupõe, portanto, a descolonização radical da formação docente. Nesse sentido, compreendo que este processo não se limita à aquisição de técnicas pedagógicas, mas constitui um espaço de construção identitária e política, onde as identidades profissionais se compõem não de uma única identidade, mas de várias em constante transformação. Formar o docente sob a perspectiva antirracista é, portanto, guiá-lo no mesmo movimento profundo descrito por Wynter: a desaprendizagem do olhar colonizador que hierarquiza corpos e a aprendizagem da escuta corporal insurgente que reconhece a potência do corpo. É prepará-lo para transformar sua prática em um ato contínuo de insurgência curricular, assumindo a luta corporal como núcleo ético e político de seu ofício.





Para que este projeto ambicioso se efetive, a formação – inicial e continuada – deve se orientar pela contínua problematização da epistêmica da branquitude, isto é, do conjunto de valores, referenciais e modos de pensar que a definem como padrão universal de conhecimento. Essa problematização pode se dar a partir de questões centrais e interconectadas, tais como:

A questão epistêmica, que frisa a necessidade de desmonte do cânone eurocêntrico que influencia a Educação Física, encontra ressonância na obra de Grada Kilomba (2019). Ao discutir a ferida colonial como trauma histórico e como marca que estrutura relações de poder, a autora nos mostra que decolonizar o conhecimento implica expor aquilo que a lógica colonial tenta silenciar. Na formação docente, isso se traduz por criar espaços onde se questione criticamente quem define o que é “corpo ideal”, “movimento correto” ou “aptidão física”, revelando as estruturas raciais que sustentam esses conceitos. É um convite a olhar para o currículo com as lentes de Kilomba, percebendo-o como um artefato que, até então, tem servido mais para silenciar do que para libertar.

A questão corporal-vivencial: letrar-se racialmente é, antes de tudo, um exercício de escuta e percepção do corpo – o próprio e o do outro. É aqui que a tematização, inspirada no currículo cultural (Neira; Nunes, 2009), revela sua potência máxima. Ela deixa de ser uma metodologia qualquer e se torna a ferramenta principal para, a partir das práticas corporais (danças, lutas, brincadeiras), problematizar as marcas raciais, de gênero e classe que as constituem. A formação deve proporcionar vivências onde os gestos, as memórias e as estéticas corporais negras não sejam reprimidas, mas tematizadas como expressões legítimas e fundantes, num exercício prático de descolonização do gesto.

A questão curricular-prática: do futuro docente precisamos do seu engajamento para viabilizar essa crítica teórica e vivencial em ação efetiva. Isso significa aprender a planejar aulas que não apenas adicionem a capoeira ou o samba, mas que os coloquem no centro para questionar por que foram historicamente marginalizados. Significa elaborar critérios de avaliação que não penalizem biotipos e gingas, e criar um repertório sensível e corajoso de intervenções para lidar com situações de racismo no ambiente escolar, reconhecendo o espaço de disputas presentes nas salas de aulas.

Este processo, no entanto, não será confortável. Uma formação antirracista precisa lidar com os afetos difíceis que ela inevitavelmente provoca: o desconforto dos docentes e discentes brancos ao se reconhecerem como beneficiários de uma estrutura de privilégio, e





que tendem a recusar; a culpa que paralisa; a resistência que se traveste de neutralidade. O letramento racial como prática de cura coletiva, portanto, só se efetiva se for também um espaço de confronto ético e acolhimento produtivo, onde o conflito é reconhecido não como um desvio, mas como parte indispensável do crescimento.

Nascimento (2022) nos lembra que não se separa a fala do gesto. A Educação Física tem essa potência porque o corpo é expressão, mesmo quando a palavra é invisível. Os corpos negros, ao ocuparem espaços historicamente negados, reinscreve-se como expressão de liberdade. A formação docente é o vetor para que educadores e educadoras aprendam a ler essa fala corporal e a criar, em suas aulas, as condições para que ela ecoe. Quando o professor em formação entende, com Kilomba, que o corpo negro é memória, potência e voz insurgente, ele deixa de reproduzir o olhar e desejo colonizador e passa a elaborar-experenciar um currículo vivo, plural, onde o silêncio outrora imposto dá lugar à reverberação dos corpos insurgentes.

Quanto a mim, a docente que emergiu desse processo é, ela mesma, uma figura insurgente. Tal como Serena Williams que, com sua presença e domínio da técnica do tênis, desestabilizou a estética elitista do esporte, essa professora luta para dominar os saberes da Educação Física e subverter sua faceta excludente. Ela não entrega apenas conhecimentos, ela encarna um novo possível, um outro modo de habitar e viver o mundo da Educação Física. O letramento racial, nesse sentido, é o quilombo da sala de aula – um território pedagógico de encontros, onde os corpos convivem, ensinam e aprendem a libertar-se, tornando a aula de Educação Física um espaço de reinvenção do humano, da humanidade, de que fala Wynter.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este ensaio, movido pela imagem insurgente de Serena Williams ocupando um espaço que não lhe era destinado, procurou demonstrar que a Educação Física é um território atravessado por disputas raciais. Ao percorrer o caminho que vai da memória pessoal à proposição formativa, busquei indicar que a simples inclusão de conteúdos *diferentes* é insuficiente. É necessária uma perspectiva política-pedagógica robusta: a implementação do letramento racial como frente de ação de uma prática docente antirracista e decolonizadora.

A jornada teórica aqui empreendida sugere enxergar o currículo não como um documento neutro, mas como um artefato racializado que hierarquiza corpos e saberes. O letramento racial se apresenta como um recurso crítico e efetivo para a identificação das





lógicas e táticas de exclusão que operam nas entrelinhas das aulas, nas escolhas dos esportes e nos critérios de avaliação. Ele é a chave que decifra a surpresa daquela jovem diante da TV, transformando fascínio em consciência crítica.

Na sequência, o conceito de corpo insurgente ofereceu a gramática para compreender a resistência que não apenas persiste, mas afronta. A insurgência do corpo negro não é uma transcendência que foge ao conflito, mas uma reexistência que o habita e o ressignifica. Ela se manifesta no domínio sobre a própria corporeidade, na ginga que desafia a técnica padronizada, e na ocupação dos espaços educativos como ato político de cura epistêmica. Este corpo, longe de ser um objeto do currículo, é um sujeito que o escreve e o reescreve com seu movimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Miguel. **Currículo, territórios em disputa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro: Pallas/ Fundação Biblioteca Nacional, 2016.

FIGUEIREDO, Zenólia Christina Campos. Experiências profissionais, identidades e formação docente em educação física. **Revista portuguesa de educação**, v. 23, n. 2, p. 153-171, 2010.

GOODSON, Ivan. **Currículo: teoria e história**. 14. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

KILOMBA, Grada. Entrevistada por Vera Magalhães, 13 de mai. 2024. **Roda Viva**, São Paulo: TV Cultura. Vídeo (1h36minutos) Disponível em: <https://cultura.uol.com.br/programas/rodaviva/videos/13824_roda-viva-grada-kilomba-13-05-2024.html>. Acesso em: 3 mai. 2025.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios do racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MATTOS, Ivanilde Guedes de; MONTEIRO, Pamela Tavares. Educação física: corpos negros e insurgências epistêmicas. **Revista brasileira de ciências do esporte**, v. 43, p. 1-7, 2021.

MARQUES, Rita de Cassia. **Pessoas negras praticantes de tênis e lazer: a distinção neste esporte de elite segundo Pierre Bourdieu**. 2024. 96f. Dissertação (Mestrado em Estudos do Lazer). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2024.

NASCIMENTO, Beatriz. **O negro visto por ele mesmo: ensaios, entrevistas e prosa**. São Paulo: UBU, 2022.





NASCIMENTO, Maria Beatriz. **Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual**: possibilidade nos dias da destruição. São Paulo: Filhos da África, 2018.

NEIRA, Marcos Garcia; NUNES, Mario Luiz Ferrari. **Educação física, currículo e cultura**. São Paulo: Phorte, 2009.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. **Tempo social**, v. 19, n. 1, p. 287-308, 2006.

SANTOS, Ivan Luis dos; NEIRA, Marcos Garcia. A tematização no currículo cultural da educação física. In: NEIRA, Marcos Garcia; NUNES, Mario Luiz Ferrari (Orgs.). **Epistemologia e didática do currículo cultural da educação física**. São Paulo: FEUSP, 2022.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCOTT, David. The re-enchantment of humanism: an interview with Sylvia Wynter. **Small axe**, n. 8, p. 119-207, 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 3. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2010.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Pode a subalterna falar? In: LANDRY, Donna; MACLEAN, Gerald (Orgs.). **Pós-colonialismo**: uma antologia crítica. São Paulo: Edições 34, 2010.

Dados da primeira autora:

Email: shirley.souza@unemat.br

Endereço: Rua Francisco Xavier Lourenço, 420, Vila Nova, Cáceres, MT, CEP: 78217192, Brasil.

Recebido em: 31/10/2025

Aprovado em: 11/12/2025

Como citar este artigo:

SOUZA, Shirley Cláudia da Silva e; MELO, Fernando Garcez de. Educação física e letramento racial: o corpo negro como expressão de insurgência. **Corpoconsciência**, v. 29, e20555, p. 1-13, 2025.

